



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

CRISTIANO ALEXANDRE ENICH

**“A CENSURA DE DIALETOS” NA COLÔNIA ERECHIM:
A APLICAÇÃO DA LEI DE NACIONALIZAÇÃO (1937-1945)**

**ERECHIM
2014**

CRISTIANO ALEXANDRE ENICH

**“A CENSURA DE DIALETOS” NA COLÔNIA ERECHIM:
A APLICAÇÃO DA LEI DE NACIONALIZAÇÃO (1937-1945)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Rosa Gritti.

**ERECHIM
2014**

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Enich, Cristiano A.

A Censura de Dialetos na Colônia Erechim: A
Aplicação da Lei de Nacionalização (1937-1945)/
Cristiano A. Enich. -- 2014.
45 f.:il.

Orientadora: Prof*. Dr*. Isabel Rosa Gritti.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de história
, Erechim, RS , 2014.

1. Imigrantes. 2. Estado Novo. 3. Repressão. 4.
Nacionalização. 5. Colônia Erechim. I. Gritti, Prof*.
Dr*. Isabel Rosa, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

CRISTIANO ALEXANDRE ENICH

**“A CENSURA DE DIALETOS” NA COLÔNIA ERECHIM:
A APLICAÇÃO DA LEI DE NACIONALIZAÇÃO (1937-1945)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Rosa Gritti.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
25/11/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Carlos Ribeiro – UFFS

Prof. Dr. Emerson Neves da Silva - UFFS

Prof.^a Dr^a. Isabel Rosa Gritti - UFFS

Dedico este trabalho a minha mãe Neiva Maria Enich e minha Irmã Miran Clecia Enich que foram a força inspiradora da minha pesquisa.

A minha namorada Graciete Tommasini Antunes que com o seu entusiasmo e dedicação ofereceu coragem para continuar no curso e no termino deste trabalho.

A todos os amigos e colegas que incentivaram para continuar nas pesquisas e entenderam o meu afastamento social para a dedicação exclusiva a este trabalho.

Dedico este trabalho integralmente ao meu filho Victor Fassina Enich que ficou sem a presença do seu “papapai” e entendeu e aceitou as enormes desculpas com o seu sorriso encantador e radiante.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos aos companheiros de graduação e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida, principalmente ao colega Henrique A. Trizoto responsável pelo Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim que conseguiu me atender em horários diferenciados possibilitando a pesquisa e a conclusão deste trabalho.

A colega Daiana P. Varotto por organizar e digitalizar as entrevistas, facilitando o trabalho de pesquisa.

A colega Angélica Rossi que ficou várias vezes sem bateria no celular e sem almoçar para atender minhas ligações de desespero, sempre atenciosa e prestativa em resolver os problemas.

Agradeço a todos os professores por proporcionar o conhecimento não apenas lógico, mas a manifestação de afetividade no processo de construção profissional, pela dedicação, e não só por terem ensinado, mas por terem me feito aprender.

Meus agradecimentos em especial a Prof^a Dr^a Isabel Rosa Gritti que foi muito mais que uma orientadora sempre cuidadosa nas correções, suportes e incentivos e nos momentos que eu mais precisava estava disponível para esclarecer as dificuldades encontradas.

“O nacionalismo é uma doença infantil; é o sarampo da humanidade”
(Albert Einstein)

RESUMO

As mudanças ocorridas no Brasil entre 1937 – 1945 atingiram os mais variados setores do país, inclusive o linguajar/dialetos da comunicação entre os estrangeiros, principalmente os imigrantes de origem Italiana e alemã. O objetivo deste trabalho é analisar como ocorreu a repressão no processo de nacionalização e como foi aplicada a “Censura de Dialetos” na Colônia Erechim durante o Estado Novo. Após a análise das fontes, constituídas basicamente no uso das entrevistas realizadas e catalogadas pelo Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont de Erechim, evidenciou-se que estes imigrantes não perderam a sua identidade, mas com a mudança forçada da comunicação e a obrigação de adotar a língua portuguesa no seu cotidiano em detrimento da língua materna, vivenciaram o autoritarismo e a violência da Lei do Silêncio, isto é, a nacionalização decretada pelo Presidente Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Imigrantes. Estado Novo. Repressão. Nacionalização. Colônia Erechim.

ABSTRACT

The changes in Brazil between 1937 - 1945 amounted to various sectors of the country, including language / dialects of communication between foreign, mainly immigrants from Italian and German origin. The objective of this study is to analyze how the repression occurred in the nationalization process and how it was applied to "Censorship Dialects" Erechim the colony during the New State. After analyzing the sources, becoming basically the use of interviews and cataloged by the Municipal Historical Archive Miguel Juarez Illa Font Erechim, became clear that these immigrants have not lost as printed interviews and transitions became evident that these immigrants do not lose their identity, but with the forced change communication and the obligation to adopt the portuguese language in their daily lives at the expense of the mother tongue, experienced authoritarianism and violence of Silence Law, this is, nationalization decreed by President Getúlio Vargas.

Keywords: Immigrants. New State. Repressão. Nacionalização. Colony Erechim.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1– Mapa Brasil e Rio Grande do Sul..... | 18 |
| Gráfico 2– Mapa de Erechim e Região..... | 18 |
| Quadro1– Perfil da Cidade de Erechim - RS..... | 19 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|----|
| Imagem 1- Vista do Paiol Grande em 1917..... | 19 |
| Imagem 2- Serraria em frente á estação Paiol Grande em 1917..... | 20 |
| Imagem 3- Vista geral de Paiol Grande em 1919..... | 20 |
| Imagem 4- Sede Três Arroios, distrito de Erechim em 1917..... | 20 |
| Imagem 5- Sede Dourado (Aratiba) em 1920..... | 20 |
| Imagem 6- Índios (bugres), na Barra do rio Paloma (Rio Novo) atual Aratiba em 1926..... | 22 |

LISTA DE SIGLAS

AIB Ação Integralista Brasileira

ANL Aliança Nacional Libertadora

CESE Centro Superior de Ensino Superior de Erechim

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PRP Partido de Representação Popular

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 A CONSTRUÇÃO DA COLÔNIA ERECHIM. | 14 |
| 3 GETÚLIO E O NACIONALISMO | 23 |
| 3.1O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS..... | 23 |
| 3.2 INTEGRALISMO, FASCIMOS E NACIONALISMO NO ESTADO NOVO..... | 27 |
| 4 A NACIONALIZAÇÃO NA COLÔNIA ERECHIM | 30 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 41 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| ANEXO A – Bibliografia complementar | 45 |

1 INTRODUÇÃO

Sou natural de Erechim e durante a minha existência ouvi muitos relatos sobre as repressões e as coações sofridas durante a II Guerra Mundial, para que os imigrantes italianos e alemães abandonassem a língua materna e seus costumes. Fiquei mais instigado quando questionei a minha família porque não nos ensinou a “língua mãe”. Este tema emergiu com força quando ao apresentar um trabalho relacionado à imigração na disciplina de História do Brasil III, acabei obtendo contato com livros que informavam a morte do dialeto como consequência direta da “Lei do Silêncio”, ou seja, a proibição de falar a língua italiana e alemã durante a II Guerra Mundial.

Através de inúmeros decretos/leis durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), a política de nacionalização teria limitado significativamente a rica diversidade cultural existente no Rio Grande do Sul. O fim do uso generalizado dos dialetos itálicos e alemães teria sido talvez, a mais dramática consequência deste processo.

Ao nos propormos estudar a política de nacionalização do Estado Novo na Colônia Erechim, buscamos obter informações na documentação primária escrita e oral, sobre a força da repressão conhecida, sobretudo pelos imigrantes e descendentes de italianos e alemães nas “mãos” das autoridades brasileiras, em uma ampla e importante região colonial.

Encontramos dificuldades em localizar os jornais deste período da Colônia Erechim, por se encontrarem em arquivos particulares e sem acesso aos mesmos. As ocorrências policiais deste período não foram localizadas. Segundo informações das autoridades foram extraviadas ou os Livros de Ocorrências se deterioraram, uma vez que não recebiam tratamento adequado que deve ser dispensado aos documentos antigos.

Partimos do conhecimento de que, durante a II Guerra Mundial, as medidas de nacionalização das autoridades brasileiras teriam causado grandes dificuldades e sofrimentos para imigrantes e descendentes de italianos e alemães em todo o Brasil, particularmente na Região Sul onde se encontravam em maior número. Queríamos saber como a Lei da Nacionalização tinha sido aplicada na região da então Colônia Erechim.

Para tanto o trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo discutimos a formação da Colônia Erechim, trazendo alguns elementos para a

compreensão do processo de construção da hoje região Alto Uruguai, polarizada pelo Município de Erechim, que tem entre suas principais características a diversidade étnica e cultural. A Colônia Erechim foi uma das últimas colônias criadas pelo Estado e no Estado. Foi totalmente planejada pelo positivista Carlos Torres Gonçalves, o que certamente contribuiu para que aqui não ocorressem problemas no assentamento dos imigrantes, constados nos demais núcleos de instalação de imigrantes europeus.

No segundo capítulo Getúlio e o Nacionalismo apresentaram algumas características do período Vargas, particularmente do Estado Novo 1937 – 1945, com o objetivo de contextualizar a Lei da Nacionalização. Período este marcado pelo autoritarismo e pela repressão aos movimentos de oposição e aos supostos “inimigos” da nação, entre eles os imigrantes e descendentes de italianos e alemães.

O terceiro e último capítulo é dedicado a discutir a Lei de Nacionalização na Colônia Erechim. Como dissemos anteriormente, a impossibilidade de acesso a outras fontes fez que recorrêssemos às fontes orais. Existe um significativo número de depoimentos no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. Este material é que utilizamos para a realização deste estudo. Estão presentes nos depoimentos os sofrimentos causados pela repressão levada a efeito pelo governo de Getúlio Vargas e que no caso da Lei de Nacionalização atingiu os imigrantes e seus descendentes. Aqui no interior do estado do Rio Grande do Sul a “Censura de Dialetos” também fez suas vítimas. As marcas deixadas foram muito fortes. É isso que estamos dizendo neste terceiro capítulo.

Na fundamentação teórica, alguns autores que estudam o período Vargas nos auxiliaram na melhor compreensão deste período e possibilitaram a contextualização da aplicação da Lei de Nacionalização levada a efeito pelo Estado Brasileiro.

A finalidade deste trabalho é de contribuir ainda que modestamente com a melhor compreensão da História da região do Alto Uruguai, particularmente do período em questão, através do estudo do cotidiano dos imigrantes e descendentes no interior do Rio Grande do Sul, diante de um Estado autoritário e repressor.

2 A CONSTRUÇÃO DA COLÔNIA ERECHIM.

O território pertencente a então “Colônia Erechim” é constituído dos atuais municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, Gaurama, Aratiba, Viadutos, Campinas do Sul, São Valentim, Herval Grande Severiano de Almeida, Jacutinga, Barão de Cotegipe, Itatiba do Sul e Mariano Moro. Inicialmente foi “moradia” dos índios Kaingáng¹.

Concomitantemente á colonização alemã na região de São Leopoldo, a extensa região de Passo Fundo, povoado pelos índios “coroados”, também foi sendo colonizada por estancieiros, proveniente de São Paulo e de Laguna. Estes apropriaram-se de extensas áreas de terra, doadas em forma de “sesmarias”, dedicando-se á pecuária. O estabelecimento de grandes propriedades no Planalto Médio e Alto Uruguai marcou uma forma peculiar de apropriação do espaço. Além dos índios, havia ainda os posseiros (caboclos), os estancieiros e depois os colonos. Em consequência disso, a região foi colonizada de uma forma intensiva, predominante pela pequena propriedade, e as relações entre os vários grupos étnicos-sociais sempre foram tensa e complexa.²

Os primeiros colonos ou “povoadores brancos” foram os paulistas, conhecidos como bandeirantes, que se alojaram em várias localidades desta região. Conseguiram a permissão para ocupar estes terrenos pelo “tratado de terra”, solicitados ao Governo do Estado. A exploração destas terras pelos primeiros colonos ou “povoadores” não foi nada tranquila, bem pelo contrário foram por muito tempo acompanhadas de batalhas persistentes contra os “selvagens habitantes” assim chamados por estes “povoadores brancos”.

Muito antes dos portugueses se estabelecerem no sul do Brasil, já havia vários povos indígenas, que a partir do século XVI tiveram suas vidas alteradas com a presença dos colonizadores, representantes da coroa lusa. Logo se iniciou o processo catequético sistemático para com os índios, junto á evangelização veio à escolha da mão de obra indígena com força de trabalho servil e escravo. A partir daí, os indígenas perderam o domínio de seus territórios. Os bandeirantes exterminaram muitos grupos indígenas no sul do Brasil, esses buscam refúgio na margem direita do Rio Uruguai”.³

¹ Os Kaingáng também são conhecidos por “Coroados” por causa do corte de cabelo que os homens e mulheres usavam. Pertencem á família linguística Jê, integrado junto com os Xokleng, o povo Jê Meridional e sua cultura foram desenvolvidos á sombra dos pinheirais, que ocupava nesta época a região Sudeste/Sul Brasileiro – Projeto Cultura e Religiosidade Popular. Coord. Telmo Marcon-Universidade de Passo Fundo – UPF, **História e Cultura Kanigáng no Sul do Brasil**. Passo Fundo – RS: UPF, 1994. p. 15

² Projeto Cultura e Religiosidade Popular. Coord. MARCON, Telmo. UPF, **História e Cultura Kanigáng no Sul do Brasil**. Passo Fundo – RS: UPF, 1994, p. 67.

³ Ibid. p. 15.

Posseiros também ocupavam este território, caracterizado por um clima temperado e coberto de riquezas naturais. Abundante bacia hidrográfica formadora dos rios Pelotas-Uruguaí. Região esta coberta de floresta subtropical com presença de grandes matas e abundância de madeiras, em especial a mata de araucária conhecida nesta região como “pinhos”, atualmente extremamente reduzida pela intensa exploração.

Com a proposta do engenheiro Carlos Torres Gonçalves (neste período como diretor-chefe da Diretoria de Terras e Colonização) e Carlos Barbosa Gonçalves (como presidente do Estado) criaram a seis de outubro de 1908 a Colônia Erechim. O engenheiro Severiano de Souza Almeida foi o administrador da comissão encarregada de realizar a separação em lotes coloniais as largas extensões de terras devolutas e de conduzir os trabalhos de instalação da Colônia. Meados de fevereiro de 1910 apresentaram o início da organização do Povoado Erechim com a construção de casas na sede provisória, atualmente Getúlio Vargas. Aportaram à sede da Colônia no ano anterior, com a primeira leva de imigrantes, composta de quatro famílias, com 28 pessoas, e mais oito imigrantes isolados, totalizando 36 estrangeiros.⁴

Em 1910, a sede da Colônia oferecia aspecto urbano com abertura de ruas e edificação de 50 casas e mais 22 em construção, todas de madeira, inclusive o chalé do escritório da Comissão, dois barracões para hospedagem dos imigrantes, enfermaria e depósito de materiais, nove casas comerciais, uma barbearia, uma alfaiataria, três sapatarias e um açougue. O desenvolvimento da zona rural também se fez rapidamente. Até 1914, a sede inicial da Colônia Erechim foi o povoado que mais prosperou. Em 20 de abril de 1916, o escritório da Comissão de Terras e Colonização foi transferido do Povoado Erechim para o de Paiol Grande, sede geral da Colônia anteriormente escolhida.⁵

A após está instalação a Colônia Erechim administrativamente estruturada desejava autonomia política, separando-se da região e da administração de Passo Fundo pelo Decreto nº 2342 em 10 de Abril 1918. O território que formou o município de Erechim ficou conhecido pelo nome de “Região do Alto Uruguaí”. O nome

⁴ Fonte IBGE. **Informações Cidade Erechim**. Disponível:< <http://cod.ibge.gov.br/232M9>> - Acesso em 30 out. 2014.

⁵ CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE EREXIM - CESE. Coord. CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo, 1979. p. 28.

designado para Erechim decorre de língua indígena, mais precisamente Kaingáng (Erechim = Campo Pequeno) lugar este que havia um campo pequeno, campo este que tudo sugere, estava nos arredores de um rio igualmente conhecido como Rio Erechim⁶

No Censo de 1920, o Município se compunha dos distritos de Boa Vista do Erechim (sede), Erechim (ex-povoado Erechim), Marcelino Ramos, Erebango e Barro. Em razão do Decreto estadual n.º 7.210, de 5 de abril de 1938, o Município passou a chamar-se José Bonifácio. Com esse nome, constou no Censo de 1940 com 12 distritos.

A biografia política do Município de Erechim, principalmente nos anos iniciais é composta por turbulência e seu território foi campo de passagem de tropas e de choques militares, em decorrência das revoluções de 1923 e 1930.

Sofreu diversas reformulações administrativas e modificações toponímicas e perdeu território para o Município de Marcelino Ramos (Decreto-lei estadual n.º 718, de 28 de dezembro de 1944). Pela Lei n.º 720 de 29 de dezembro do mesmo ano, voltou a denominar-se Erechim, chegando ao Censo de 1950 com 11 distritos: Erechim, Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Carlos Gomes, Gaurama, Herval Grande Nova Itália, Paulo Bento, Quatro Irmãos e São Valentim.

No Censo de 1960 aparece sem os distritos de Aratiba, Áurea, Carlos Gomes, Gaurama, Herval Grande e São Valentim, desmembrados para formarem novos municípios, e acrescido dos de Capo-Erê, Itatiba, Mariano Moro e Três Arroios, resultantes de nova reformulação administrativa. Pela Lei municipal n.º 1.035, de 14 de outubro de 1968, foi criado o distrito de Jaguaretê, instalado a 10 do mês seguinte.

Composto dos seguintes distritos: Erechim (sede), Capo-Erê, Paulo Bento, Quatro Irmãos, Três Arroios e Jaguaretê. O Município é sede de Comarca de 3ª entrância criada pelo Decreto n.º 4.366, de 31 de agosto de 1929.⁷

A extensão acelerada e espetacular da colonização italiana no Rio Grande do Sul foi um acontecimento significativo e alguns autores destacam como extraordinário. Em um tempo pequeno, as regiões indicadas para a colonização foram completamente tomadas, forçando os sucessores destes imigrantes e seus descendentes a buscarem “novas terras” distantes das localidades mencionadas e

⁶ DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981. p 43.

⁷ Ibid., p 29.

reguladas pelos administradores do Estado.⁸

A expansão efetuou-se, no início, na periferia das antigas colônias, tomando, em seguida, direções cada vez mais amplas e distantes. Assim, a fundação das colônias de Alfredo Chaves, Nova Prata, Nova Bassano, Antônio Prado, Guaporé, Encantado... marca a primeira etapa desta conquista, traçando a grande linha da expansão italiana: toda a região florestal situada entre os campos de Soledade, os campos de Vacaria até o vale do Rio Uruguai. De Guaporé e de Alfredo Chaves a onda expansionista prosseguiu rumo às regiões florestais dos municípios de Passo Fundo (Casca, Vila Maria, Marau, Mato Castelhana, Água Santa, Tapejara, Getúlio Vargas, Erexim) e de Lagoa Vermelha (Araçá, Chimarrão, Forquilha, Cacique Doble, Sananduva...)⁹

Logo após a ocupação das derradeiras matas do vale do Rio Uruguai, os imigrantes e/ou descendentes imigram/reemigram para o Oeste e interior catarinense, chegando aos locais antes ocupados pelos primeiros imigrantes, alemães, italianos e poloneses. Mas a presença numérica do imigrante italiano foi dominante na ocupação desta região colonial.

Olívio Manfroi destaca e ressalta que o movimento do imigrante italiano e seus descendentes foi admirável, sempre se arriscando pelos “sonhos” e conquista de novas terras, impulsionado imensamente pela vontade de tornar-se “proprietário de uma terra”, onde seria o dono dos resultados do seu trabalho.

Com a entrada no Brasil de diferentes e diversos grupos étnicos, o Rio Grande do Sul e região da Colônia Erechim, também apresentam uma diversidade de grupos imigratórios. Em 1915 a Colônia Erechim estava identificada com uma população de diversas descendências. Além dos brasileiros contava com os imigrantes, alemães, poloneses, suecos, italianos, austríacos, espanhóis, franceses, portugueses, entre outras nacionalidades.

Logo após chegam as primeiras quatro famílias com 28 pessoas e mais oito isoladamente, ao todo 36. Até 30 de junho, conforme os dados oficiais, haviam entrado 226 imigrantes (alemães, russos, franceses e austríacos). Desses, 19 solteiros se retiraram, bem como alguns que, doentes de moléstias contraídas no Amazonas, onde trabalharam na construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, foram encaminhados pela Comissão a Passo Fundo para tratamento Médico. O transporte dos imigrantes é feito pela ferrovia até a Estação Erechim e dali para a sede em carroças¹⁰

⁸ MANFROI, Olívio. **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: Implicações Econômicas, Políticas e Culturais**. Porto Alegre: IEL, 1975. p. 82.

⁹ Ibid., p.82.

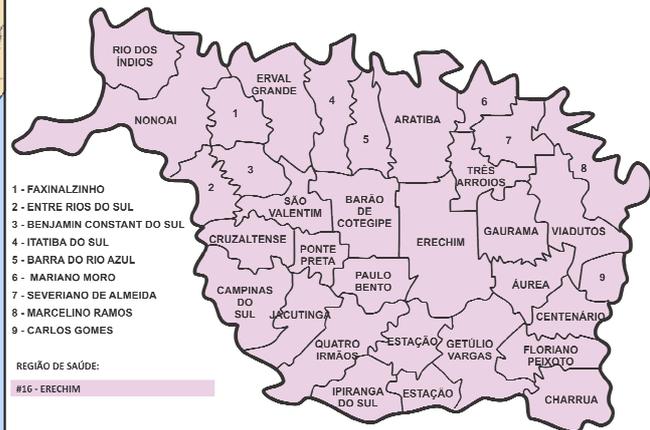
¹⁰ FONT, Juarez Miguel Illa. **Serra do Erechim: Tempos Heróicos**. Erechim: Carraro, 1983. p. 94.

Importante destacar que a região era uma área de passagem para os demais estados, uma vez que era atravessada pela ferrovia.

1- Mapa Brasil e Rio Grande do Sul¹²



2 - Mapa de Erechim e Região¹¹



Fonte: Marley Terezinha Pertile., 2009, p 49/50

Para melhor localização espacial da região que corresponde à então Colônia Erechim, apresentamos os mapas acima. O Gráfico 1 demonstra no mapa do Brasil o destaque do Estado do Rio Grande do Sul que encontra-se ao sul. Em evidência também no norte do Estado do Rio Grande do Sul a Região da Colônia Erechim.

Encontramos no Gráfico 2 a Região da Colônia Erechim, com evidência para o município de Erechim que está localizado no centro, possibilitando dessa forma fácil acesso e comunicação com os demais municípios que hoje constroem a denominada Região do Alto Uruguai.

¹¹ PERTILE, Marley Terezinha. **O *Talian* entre o Italiano-Padrão e o Português Brasileiro:** Manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai Gaúcho. 2009. 247 f. Dissertação de (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Letras, Porto Alegre, 2009. – Mapa da Região do Alto Uruguai Gaúcho na sua localização no Rio Grande do Sul. f. 49.

¹² Ibid. f. 50.

Quadro - 1 Perfil do Município de Erechim¹³

Município de Erechim é constituído pelos seguintes dados:

| | |
|--|---------|
| População estimada 2014 | 101.752 |
| População 2010 | 96.087 |
| Área da unidade territorial (km ²) | 430,668 |
| Densidade demográfica (hab/km ²) | 223,11 |

Fonte: IBGE: informações da Cidade de Erechim

No Quadro 1 nos apresenta dados atuais que foram colhidos no site do IBGE, destacando algumas informações sobre o município de Erechim, polarizador da grande região Alto Uruguai.

Imagem 1 - Vista do Paiol Grande em 1917.¹⁴



Fonte: Imagem de Antônio Ducatti Neto do Livro “O Grande Erechim e sua História” p. 13

Na Imagem 1 visualizamos Paiol Grande, em 1917, hoje denominada Erechim, com a instalação de residências em volta do marco central. Neste período já é possível encontrar vários grupos étnicos presentes que construíram a Colônia Erechim.

¹³ Fonte IBGE. **Informações Cidade Erechim**. Disponível:< <http://cod.ibge.gov.br/232M9>> e < <http://www.cptec.inpe.br/>>- Acesso em 30 out. 2014.

¹⁴ DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981. p 13

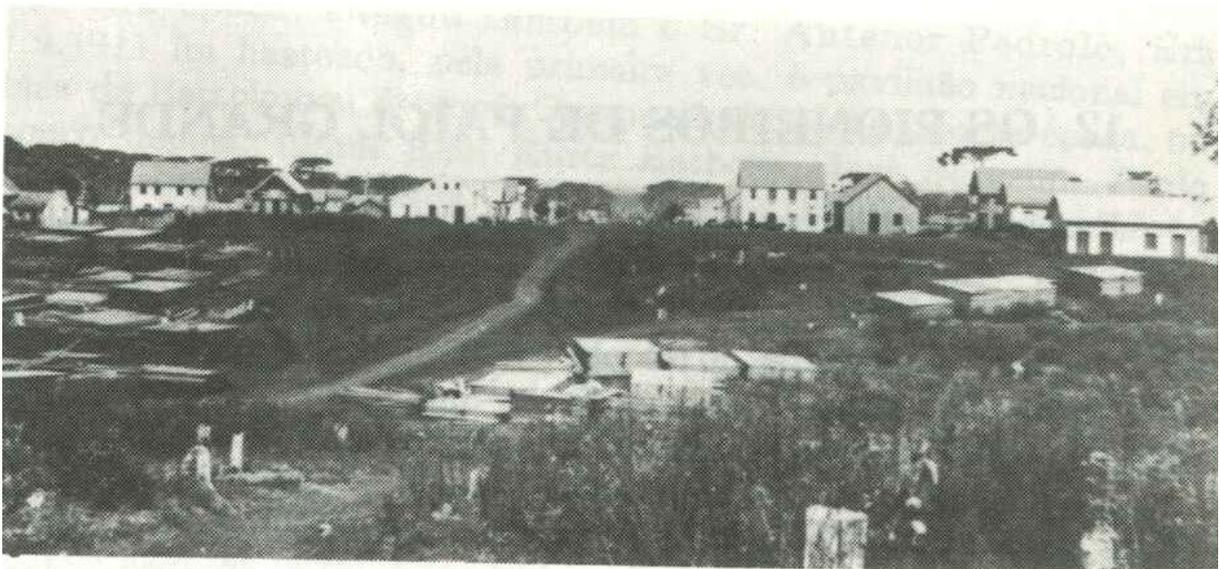
Imagem 2 - Serraria em frente á estação Paiol Grande em 1917.¹⁵



Fonte: Imagem de Antônio Ducatti Neto do Livro “O Grande Erechim e sua História” p. 13

Nesta Imagem 2 é identificado o grande setor comercial e produtivo neste período da Colônia Erechim. A imagem reproduz o cotidiano de trabalhadores imigrantes, com a chegada da matéria prima (madeira) responsável pela dinamização da economia da Colônia.

Imagem 3 - Vista geral de Paiol Grande em 1919.¹⁶



Fonte: Imagem de Antônio Ducatti Neto do Livro “O Grande Erechim e sua História” p. 13

¹⁵ DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981. p 13

¹⁶ Ibid. p 13.

Na imagem 3 segundo Antônio Ducatti Neto percebemos a evolução da Colônia Erechim. Além das residências, podemos observar a presença da escola e de casas comerciais.

Imagem 4 : Sede Três Arroios, distrito de Erechim em 1917.¹⁷



Fonte: Imagem de Antônio Ducatti Neto do Livro “O Grande Erechim e sua História” p. 14

Na Imagem 4 e na Imagem 5 é retratado a área rural da colônia Erechim com pequenos avanços na agricultura e com a maior extração de madeira. Sendo a imagem 4 a sede de Três Arroios distrito de Erechim e hoje município de Três Arroios que compõe a região do Alto Uruguai. Assim como a imagem 5, sede Dourado hoje denominado município de Aratiba.

Imagem 5 - Sede Dourado (Aratiba) em 1920.¹⁸



Fonte: Imagem de Antônio Ducatti Neto do Livro “O Grande Erechim e sua História” p. 14

¹⁷ DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981. p 14

¹⁸ Ibid. p. 14.

Imagem 6 - Índios (bugres), na Barra do rio Paloma (Rio Novo), atual Aratiba em 1926¹⁹



Fonte: Imagem de Antônio Ducatti Neto do Livro “O Grande Erechim e sua História” p. 42

Na Imagem 6 temos colonos com um grupo indígena que habitava nesta região. São chamados de “bugres” pelos colonizadores, que foram se apossando das terras e localidades que eram habitat natural destes povos indígenas.

A criação e o crescimento da Colônia Erechim, tal como as outras Colônias não foram tranquilas ou de forma pacífica, bem pelo contrário, já com a chegada do “homem branco” expulsando e colocando o índio à margem das suas tomadas. Muitos índios não aceitaram a devastação de suas terras de forma pacífica, gerando vários combates. Agravando conflitos com a incorporação dos imigrantes nestes territórios, conforme orientações do estado para assentar grupos de imigrantes que vinham de outras colônias que estavam aumentando e precisavam de mais áreas.

A política de “inclusão” de imigrantes em territórios brasileiros vai ampliando e sofrendo algumas alterações, vejamos no capítulo a seguir como foi o governo de Getúlio Vargas e a intervenção com os imigrantes nesta região.

¹⁹ DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981. p. 42.

3 GETÚLIO E O NACIONALISMO

3.1 O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

Getúlio Dorneles Vargas, fora governador do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1928 até a o começo do movimento revolucionário de 1930, mais precisamente até outubro de 1930, retirando-se do estado para liderar a revolução e posteriormente assumir a Presidência da República, mesmo não vencendo as eleições de março. Assume o poder colocando em cargos do mais alto “escalão” os políticos gaúchos de sua confiança que participavam da “Aliança Liberal” e alguns políticos chamados de “tenentista” grupo este de jovens oficiais do Exército que, a partir do início da década de 1920, tentava através das armas, derrubar o regime em vigor desde 1889, com a proposta de um novo lugar para o Exército na sociedade brasileira. Em 1930 Vargas assume a chefia de um Governo Provisório. O Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais foram fechadas, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 revogada.²⁰ Governando através de decretos-lei, Vargas interrompe a oligarquia mineira e paulista que estavam na liderança do governo brasileiro por muitos anos e com esta conquista do poder federal pelos gaúchos, o pensamento que assombrava este momento político é que teria como resultado um grande número de medidas e de obras que viriam a favorecer, de imediato, o Rio Grande do Sul.

Na prática, no entanto, aconteceu algo diferente. Vargas e grande parte dos outros detentores do poder tinham uma visão centrada do Estado nacional, o que significava que o governo federal não deveria mais atender, em primeiro lugar, o estado de origem do eventual presidente da República nem tolerar uma autonomia excessiva das unidades federais ou permitir que os políticos de um único estado dominassem o governo federal.²¹

O governo Vargas apresentava um conceito de poder centralizado no Estado nacional e no governo federal. Acreditava também que o Estado de origem do Presidente não deveria ser privilegiado, nem permitir hegemonia de um Estado na composição dos integrantes do poder federal, e tão pouco tolerar a autonomia dos Estados.

²⁰ PANDOLFI, Dulce Chaves: **Os anos 1930**: as incertezas do regime. DELGADO, Lucilia Almeida de. (org).: **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p. 17.

²¹ GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 12.

Em 1932 o governo provisório de Vargas acabou enfrentando uma revolta comandada pelo estado de São Paulo, conhecida como “Revolução Constitucionalista”. Entre os resultados do movimento, Getúlio assumiu o compromisso de promulgar uma Constituição, uma vez que desde o movimento revolucionário de outubro de 1930, ela deixara de existir.

Mas, apesar da derrota militar, os paulistas tiveram ganhos políticos. Além do compromisso do Governo Provisório em levar avante o processo de reconstitucionalização do país, São Paulo, a partir de agosto de 1933, passou a ter um interventor paulista e civil, como desejava a elite: Armando Sales de Oliveira. Sem dúvida, a revolução de 1932 provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares. A repressão não se abateu somente sobre os revoltosos paulistas. Parte da liderança gaúcha e mineira que havia participado da Revolução de 30, como Artur Bernades, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Epiácio Pessoa, por ter apoiado a causa paulista, foi alijada do processo político em curso e mais de 500 oficiais foram expulsos das Forças Armadas”.²²

Em 1933 a Constituinte brasileira iniciou os trabalhos e no ano seguinte um dia antes da promulgação da Constituição, Getúlio Dorneles Vargas foi eleito indiretamente, pelos constituintes, Presidente da República. Seu mandato teria a duração de quatro anos, não permitia a reeleição, isto é, não poderia ser candidato em 1938 ²³.

O restabelecimento de uma ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social. Várias greves eclodiram no período e o processo político radicalizou-se com o surgimento de duas organizações políticas não partidárias que tiveram abrangência nacional e se tornaram bastante expressivas. Totalmente divergentes entre si, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) eram bem definidas programaticamente e conseguiram produzir grande mobilização no país. A AIB é inspirada no fascismo italiano, possuía uma composição organizacional paramilitar, regulada pelo nacionalismo e moralismo extremado, o que fez ter muitos adeptos entre militares e católicos. Combatia os partidos políticos existentes e defendia a integração total da sociedade e do Estado, que seriam representados por uma única e forte agremiação: a própria AIB. A preocupação de mobilizar amplamente a população levava-a realizar encontros,

²² PANDOLFI, Dulce Chaves: **Os anos 1930: as incertezas do regime**. DELGADO, Lucilia Almeida de. (org).: **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. p. 26.

²³ Ibid. p. 29.

festas, palestras e manifestações de rua, durante os quais entrava em choque aberto com os comunistas. Os integralistas usavam um uniforme que os tornou conhecidos como os “camisas-verdes” e adotavam também um símbolo (Sigma) e um gesto de saudação, acompanhado de uma espécie de brado de guerra de inspiração indígena: “Anauê!” (Anauê na língua Tupi = “você é meu parente”). De início, a AIB dava sustentação política ao governo de Vargas, sobretudo na luta contra o comunismo.

O principal Centro de Integralistas no interior do Estado foi criado no município de Erechim, neste período denominado Boa Vista do Erechim. O maior número de seus integrantes era de origem germânica. Entretanto, italianos e portugueses, igualmente, era membros desta agremiação e precisavam colaborar mensalmente com a ação Integralista Brasileira, não havendo valor estipulado para esta contribuição.

Nesse sentido, podemos destacar a ocorrência de alguma proximidade entre nossas constatações e as de René Gertz, ao citar exemplos relacionados aos acontecimentos políticos na década de 1930 nos municípios de colonização alemã. [...] Além disso, constatamos que as práticas integralistas regionais dão margem para renovadas problemáticas em torno do estudo do movimento integralista. Referimo-nos às questões lançadas na introdução de nosso estudo, as quais indagam sobre a existência ou não de uma uniformidade do integralismo no norte gaúcho em relação ao verde nacional (pois lhe convinha e não deixou de ser uma necessidade regional), o integralismo regional apresentou ações diferenciadas (como as práticas e estratégias políticas eleitorais)..²⁴

A finalidade principal do partido era instituir na sociedade um sentimento de brasilidade, condenando princípios exóticos como o comunismo e o nazismo.

O grupo permaneceu participante na administração do município aproximadamente por três anos e foi eliminado com o absolutismo de 1937, posteriormente foi fundado o PRP, Partido de Representação Popular que seguiu determinados princípios integralistas, conseguindo resultados adequados em distintas eleições.

A ANL, inspirada nos modelos das frentes populares que apareciam na Europa para evitar a expansão do nazi-fascismo, fazendo oposição cerrada a gestão que protegia as “propostas imperialistas” e “levantava a bandeira” da reforma agrária

²⁴ IRSCHLINGER, Fausto Alencar: **Perigo Verde**: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF. 2001. p. 164

e das “liberdades públicas” com o envolvimento de comunistas, socialistas e liberais desiludidos com a direção que havia ostentado o processo revolucionário começado em 1930. Mesmo na ilegitimidade e na ilegalidade, alcançava apoio de milhares de simpatizantes. Com sedes espalhadas em diferentes municípios do território nacional e com a contribuição de “levantes militares” e dos trabalhadores operários que provocariam greves em todo o país, o organismo desta administração ativou os preparatórios para entusiasmar um “movimento armado” com a finalidade de depor Getúlio Vargas do controle do governo e sobrepor a sua administração com um comando popular.²⁵

A despeito do fracasso, a chamada revolta comunista serviu de forte pretexto para o fechamento do regime. A partir de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Entre as emendas constitucionais aprovadas havia uma que considerava que o país vivia uma situação de “estado de guerra” quando ocorressem manifestações, em qualquer parte do território nacional, que subvertesse as instituições políticas e sociais.²⁶

No término de setembro de 1937, através da imprensa, foi anunciado um documento secreto com a denominação de “Plano Cohen”, relatando um preparativo de uma rebeldia comunista no Brasil. O governo aproveita a determinada configuração da “revolta comunista” e juntamente com o plano enganoso autenticou as finalidades de Vargas em permanecer no poder. O Congresso Nacional decretou “estado de guerra”, e com este pedido Vargas aproveitou com entusiasmo o combate contra o comunismo e as manifestações militares. No amanhecer do dia 10 de novembro de 1937 o Congresso Nacional foi encurralado por artilharias da Polícia Militar e a administração foi alterada, entretanto Vargas se sustentou no comando do Executivo.

Quando foi decretado novo “estado de guerra” o país em função de alegada continuação da subversão comunista, os governadores ficaram responsáveis pela sua execução dentro de seus respectivos estados, exceto os de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde os comandantes das regiões militares foram encarregados de exercer essa função. Isso aconteceu em 2 de outubro de 1937. Poucos dias depois, foi decretada a requisição das polícias militares dos dois estados pelo Exército.²⁷

²⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves: **Os anos 1930**: as incertezas do regime. DELGADO, Lucilia Almeida de. (org): **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p. 30.

²⁶ Ibid.. p. 33.

²⁷ GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 18.

O retiro dos aliados civis e militares do Governo Vargas foi de configuração lenta e sucessiva. Certamente, a atuação de Vargas, na preparação do golpe foi exitosa. Contudo o Estado Novo esteve distante de ser um desenvolvimento “natural” correspondente à revolução de 1930, foi consequência provável das batalhas e conflitos distintos deparados durante o “movimentado” anos 30.²⁸

3.2 INTEGRALISMOS, FASCISMO E NACIONALISMO NO ESTADO NOVO.

Este período do Estado Novo 1937/1945 instituído pelo presidente Getúlio Dorneles Vargas, é um período antidemocrático e ditatorial. O integralismo defende um Estado autoritário e nacionalista com uma sociedade estratificada em categorias seguidoras da ordem e da disciplina. O sistema amparado pelo integralismo constitui na importância do comando soberano político e jurídico do chefe da nação sobre as pessoas, do mesmo modo para grupos e instituições. A organização integralista, inspirado nos modelos fascistas, é dirigida por um “Chefe Nacional”. Os regulamentos conferem à administração integral e indivisível do seu funcionamento, conduzindo o seu poder centralizado, absoluto e constante. Apresentam por finalidade fundamental criar na população um envolvimento de brasilidade e condenar princípios estrangeiros como o comunismo, o nazismo, o liberalismo, o socialismo e o capitalismo internacional.²⁹

Parte significativa dos autores que trabalham o tema defende a tese de que o movimento foi influenciado pelos moldes do fascismo europeus surgido nas décadas de 1920 e 1930, período em que o Brasil assistiu a fusão e ascensão de idéias e posturas radicais de direita coexistindo com tentativas de organização de concepções esquerdistas, ou seja, revelou-se a estrutura de bipolaridade ideológica.³⁰

Uma das descrições do desenvolvimento do pós-guerra é o reaparecimento do nacionalismo que apresenta também uma característica econômica, na ação pela

²⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves: **Os anos 1930**: as incertezas do regime. DELGADO, Lucilia Almeida de. (org): **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p. 31.

²⁹ IRSCHLINGER, Fausto Alencar: **Perigo Verde**: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF. 2001. p. 45.

³⁰ Ibid. p. 47.

defesa da indústria nacional em oposição à indústria estrangeira. Também na intelectualidade se apresenta a motivação para a defesa do nacionalismo. Este nacionalismo proporciona igualmente a defesa do civismo. Neste mesmo sentido o fascismo europeu utiliza-se da atmosfera intelectual na busca das origens nacionais e de admiração ao civismo.³¹

Getúlio Vargas emprega de todos os métodos para organizar e solidificar o seu governo que perante a ameaça revolucionária comunista elaborou um golpe e decretou o Estado Novo, que não somente frustrou as esperanças dos integralistas, mas também extinguiu todos os partidos políticos que havia no período, atingindo também a AIB. Propagou para a nação que a AIB constituiria uma influência do nazi-fascismo europeu, assim como recriminava o funcionamento da organização no território nacional, estadual e em seguida regional.

O “monstro da serpente verde” fora criado e legitimado na região. Assim, as autoridades policiais e militares passaram a investir incisivamente no seu combate no norte gaúcho. Foram feitas diversas diligências a subnúcleos no interior dos municípios, porém nem sempre as tentativas de repressão e apreensões se deram de forma pacífica.³²

Inúmeras foram às evidências de que Getúlio Vargas considerava o fascismo europeu um modelo a ser imitado, adaptado as necessidades da realidade nacional. A ideia de um Estado Forte, a personificação do poder central, a crítica á democracia parlamentar, a luta contra a pluralidade de partidos, o combate as ideias exóticas, a adoção de uma política imigratória anti-semita, o emprego de mecanismo de controle social e político. O resultado foi um Estado que não sabia conviver com diferenças, fossem étnicas, políticas ou culturais. Assim é o Estado Novo com uma cultura amordaçada, lapidada e corroída pela erosão característica de ditaduras modernas. O governo estado-novista buscava como a maioria dos regimes autoritários, o singular, a homogeneidade em todos os níveis, de forma a facilitar a dominação e o controle.

O governo de Vargas foi tratado por vários Decretos-lei e para corroborar para nosso trabalho destacamos os seguintes:

³¹ PANDOLFI, Dulce Chaves: **Os anos 1930**: as incertezas do regime. DELGADO, Lucilia Almeida de. (org): **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p. 34.

³² IRSCHLINGER, Fausto Alencar: **Perigo Verde**: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF. 2001 p. 206

Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil.

Decreto-lei nº 406, de 4 de 1938, regulamentado o ingresso e a permanência de estrangeiros, determinando providências para assimilação dos mesmos e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executivo das suas disposições.

Decreto-lei nº 868, de 18 de novembro de 1938, criando a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros.

Decreto-lei nº 948, de 13 de dezembro de 1938, que, considerando serem complexas e exigirem a cooperação de vários órgãos da administração pública às medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinava que as medidas com esse fim fossem “dirigidas” e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização.³³

A concepção nacionalista do Estado Novo estimava a padronização, da cultural e a bania outras linhas de administração, que fosse independente da sociedade, ou seja, que não fosse da forma pensada e rigorosamente formada com o Estado. Gerando a caracterização de um governo excludente e repressor.

Em relação ao final do Estado Novo, Maria Helena Capelato nos diz:

O regime caiu sem resistência. Mas a história mostraria que o derrotado foi o Estado Novo, e não seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo voto e com a preferência de amplos setores sociais, populares principalmente. Antes disso, Vargas mostrava força política nas eleições de 1946, quando elegeu para a Presidência da República o seu candidato Eurico Gaspar Dutra, vencendo o candidato da oposição udenista Eduardo Gomes.³⁴

Maria Helena Capelato vem ressaltar que a existência de Getúlio Vargas na política é muito mais forte que seu sistema de governo ou a administração. Apesar de o Estado Novo ser um período de autoritarismo e repressão o “Varguismo” permanece como referência política e histórica.

³³ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B; COSTA, Vanda M. R..(org) **Tempos de Capanema**. p. 168

³⁴ CAPELATO, Maria Helena: **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? DELGADO, Lucilia Almeida de. (org): **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p. 139

4 A NACIONALIZAÇÃO NA COLÔNIA ERECHIM

Uma das características da região correspondente a então Colônia Erechim é a pluralidade étnica. Aqui chegaram imigrantes europeus e imigrantes vindos das chamadas colônias velhas, e filhos destes.

Vale ressaltar que Antônio Ducatti Neto chama a atenção para as etnias aqui instaladas, destacando a presença de poloneses, italianos, alemães, suecos, austríacos, espanhóis, franceses, portugueses e outras nacionalidades.

Juarez Miguel Illa Font destaca em nota que em 1941 existiam no Brasil 725 mil estrangeiros procedentes dos países do Eixo e por ele dominados: 400 mil italianos, 160 mil japoneses, 100 mil alemães, 30 mil austríacos, 20 mil romenos e 6 mil húngaros dados estes divulgados pela Agência Nacional em 9 de fevereiro de 1942.³⁵

No Estado Novo o nacionalismo foi o sistema utilizado para buscar a composição de uma pátria única e forte, sob um Estado centralizador e autoritário.

Para começar, deve-se destacar que essa guerra contra cidadãos – e não contra um outro Estado – apresenta duas faces: uma se desenrolou no campo educacional, outra no campo policial. É evidente que, com muita frequência, as ações nesses dois campos estiveram estreitamente ligadas. Assim houve, por exemplo, o deslocamento de contingentes militares – evidentemente mobilizados por autoridades ligadas à Secretaria do Interior e Justiça – para garantir a execução das determinações emanadas das autoridades ligadas à Secretaria da Educação.³⁶

O sistema ou processo de nacionalização na Colônia Erechim não foi diferente do sistema adotado no Brasil e no Rio Grande do Sul, neste período de construção do Estado Novo de Getúlio Vargas. Primeiramente o grande marco da colonização italiana na região de Erechim ocorreu no período de (1910 á 1920), sendo que na década seguinte de (1930) começa a campanha de nacionalização, juntamente com a campanha nas escolas públicas que deveriam obrigatoriamente ensinar na língua portuguesa e proibiu o uso de outras línguas. Este fato demonstra que não ocorreu ensinamento publico da língua italiana ou de qualquer outra língua estrangeira, como o polonês ou alemão, correspondente aos três grupos étnicos numericamente mais significativos presentes na Colônia Erechim. Isto demonstra à

³⁵ FONT, Juarez Miguel Illa. **Serra do Erechim: Tempos Heróicos**. Erechim: Carraro, 1983. p. 283.

³⁶ GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 103.

repressão, a coação, a violência sofrida pelos imigrantes e seus descendentes no processo de nacionalização do Estado Novo, com a língua portuguesa sendo imposta pelo poder político/administrativo. Além disso, cotidianamente, eram desenvolvidas atividades cívico-nacionalistas por professores e alunos.

É evidente que a “nacionalização” – sejam os atos “oficiais”, promovidos por instâncias governamentais, sejam aqueles atos promovidos por uma parcela da população por conta própria, à revelia das instâncias estatais, muitas vezes decorrentes de instigações “patrióticas” partidas de pessoas ou de instituições como a Liga da Defesa Nacional – transcorreu de forma e com intensidade variada de lugar para lugar. Isto dependia de constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores. Assim, se não há dúvida de que a “nacionalização” na tradicional região de colonização italiana ao norte de Porto Alegre, em Caxias do Sul e adjacência, foi menos agressiva e violenta que nas regiões de colonização alemã, há fortes indícios de que na assim chamada Quarta Colônia, no centro do estado, próximo a Santa Maria, em torno de Silveira Martins, os efeitos sobre italianos e descendentes foram muito mais marcantes que na primeira região.³⁷

A aplicação da maneira metódica do depoimento oral proporciona a complementação da história, em direção ao engrandecimento de histórias específicas, acontecimentos ou procedimentos que em outras metodologias não seriam compreendidos ou esclarecidos. Do mesmo modo às declarações de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, movimentos sociais populares, dedicações diárias caladas ou desprezadas, de narrações desamparadas. A história oral com suas especialidades possibilita avançar na maneira de organizar a divulgação da história dos excluídos.

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação; a pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas”.³⁸

Conseguimos identificar às pessoas quem tem envolvimento de recuperar de

³⁷ GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 103

³⁸ FERREIRA, Marieeta de M.; AMADO, Janaina; (org). “Apresentação” in Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2013. p. 7

alguma maneira a constituição da história. Habitamos a “chama-las” de “grandes testemunhas” ou grandes atores. Contraditório a este argumento Daniéle Valdman em sua obra “Definições e usos” apresenta que “as pequenas testemunhas” são aquelas que despertam declarações ao pesquisador de vivenciar anteriormente a história. Histórias estas que desempenharam atribuições agora “socializadas”. No mesmo momento que a narração dos “grandes atores” nem sempre apresentam claramente um bom senso ou definições de exclusões dos marginalizados e dos oprimidos, em geral são esquecidos ou nada tem para apresentar.

Quando realiza entrevistas, certamente o historiador deve trabalhar segundo suas técnicas próprias, mas também deve ter em mente dois outros procedimentos, tomados de empréstimo a disciplinas vizinhas: por um lado, servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro, não negligenciar elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise. Para ele, não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. Não cabe desesperar-se com mentiras mais ou menos fáceis de desmascarar nem como o que pode ser tomado como contra verdades da palavra-fonte.³⁹

Analisando as entrevistas transcritas que estão disponíveis no Arquivo Histórico de Erechim, entrevistas estas realizadas com imigrantes e descendentes residentes na colônia Erechim, encontramos repressão da Lei do Nacionalismo em todo o período do Estado Novo, mas destacamos o momento da II Guerra Mundial, que as repressões e forças policiais com perseguições aos imigrantes italianos e alemães foram mais intensas. Segundo os entrevistados o autoritarismo, a repressão do Estado Novo e a lei da Nacionalização também se fizeram sentir na colônia Erechim.

“Na época da Segunda Guerra Mundial, houve muitas perseguições, principalmente contra os de origem italiana e alemã. Havia aqui um senhor, se chamava Edmundo Palhano, se celebrizou como perseguidor implacável... Um dia, num domingo, o pessoal veio da colônia para assistir a missa, e ele então colocou a bandeira italiana na rua e forçou este pessoal a pisar em cima da bandeira... Outros foram torturados, chegaram arrancar fios de bigode com alicates e outras torturas mais...!” (Entrevista nº 023 do Livro 001 á 030 Depoimento Sr. Belmiro Salomoni).⁴⁰

³⁹ VALDMAN, Daniéle. **Definições e usos**. FERREIRA, Marieeta de M.; AMADO, Janaina; (org). “Apresentação” in Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: ed. Fund. Get Vargas, 2013. p. 38

⁴⁰ SALOMONI, Belmiro. Depoimento [abr.1985]. Entrevistas do Livro 001 a 030. n. 023. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

Podemos compreender com base na entrevista do Sr. Belmiro Salomoni, a perseguição especialmente aos de procedência italiana e alemã. Estas pessoas além de perseguidas eram expostas aos abusos degradantes, com violência física e psicológica. As perseguições e repressões são difusas entre os imigrantes italianos e alemães. Proporcionado pela declaração do Sr. Salomoni que dentro desta data somente ser da etnia alemã ou italiana asseguravam que estavam contra as leis do Estado.

“Para se viajar por exemplo para Gaurama, Marcelino Ramos, era necessário ter o visto da Delegacia de Polícia. Se a pessoa falasse alemão ou italiano, era imediatamente perseguida, alegavam que eram pessoas simpatizantes do Eixo...Então quem tinha rádio e ouviam, notícias sobre a guerra, aprendiam os aparelhos; aqui em Erechim houve muitos casos; muitos rádios não foram nunca mais devolvidos. Havia as denúncias; houve também um intenso desarmamento tanto na cidade como no interior; aprendiam espingardas, revólveres, facões etc..” (Entrevista nº 039 do Livro 031 á 061 Depoimento Sr. Hermes Campanolo).⁴¹

No depoimento do Sr. Hermes Campanolo está presente à perseguição e os constrangimentos deste período. Os indivíduos e sua cultura eram alvos da repressão. Simplesmente por apresentarem/usarem o dialeto materno eram considerados “simpatizantes do Eixo” e, portanto inimigos do governo e do sistema. Entendido em outros depoimentos que apresentam o rádio não somente como “ferramenta” de comunicação, mas como lazer e distração em momentos difíceis. “Ferramenta” esta que foi apontada como fundamental para a divulgação de discursos políticos de Getúlio Vargas.

Podemos mais uma vez constatar isso no depoimento do Sr. Valdir Pessoti, que demonstra:

“Na época da Segunda Guerra Mundial a gente não podia dizer “bom giorno” na rua; proibiram falar a língua alemã e italiana; era uma tristeza; houve aqui muitos abusos...me lembro de um tio meu (Dal Bianco) – ele só sabia falar em italiano. (Chegou aqui perguntou por um amigo dele, um compadre e cumprimentou em italiano – Bomgiorno come que vai – Foi preso na hora...Ficou três dias preso nos porões da Prefeitura... A gente tinha que se cuidar muito, o desarmamento era geral, recolhiam rádios.” (Entrevista nº 072 do Livro 062 á 087 Depoimento Sr. Valdir Pessoti).⁴²

⁴¹ CAMPANOLO, Hermes. Depoimento [maio. 1985]. Entrevistas do Livro 031 a 061. n. 039. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

⁴² PESSOT, Valdir. Depoimento [maio. 1985]. Entrevistas do Livro 062 a 087. n. 072. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

“Na época quer não se podia falar estrangeiro, meu pai foi obrigado a se naturalizar brasileiro, havia recolhimento de Rádios, eram presas as pessoas que falavam estrangeiros, mas nós não sofremos isto.” (Entrevista nº 076 do Livro 062 á 087 Depoimento Sr. Angelo Rosseto).⁴³

Nos depoimentos do Sr. Valdir Pessoti e do Sr. Angelo Rosseto, da mesma maneira que outras entrevistas encontraram o modelo de abuso do poder. O rádio que era veículo de comunicação difusor das realizações do Governo Vargas e auxiliar na legitimação do Estado arbitrário agora passam a ser aliado da subversão. Saber as notícias da guerra e do seu país materno passa a ser perigoso. Todo alemão e todo italiano é automaticamente considerando inimigo da pátria. Neste momento o que possibilita a “ligação” com o estrangeiro, com o exterior é o rádio. Assim, ele precisa ser recolhido.

“Fase bastante difícil foi na época da segunda Guerra Mundial, onde as pessoas ficaram proibidas, de falar outras línguas. Só se devia falar a língua nacional! Aqui a maioria era imigrantes, poucos sabia falar a língua da Pátria. O pessoal sofreu muito. Era até proibido de ir á lojas comprar mercadorias se comunicando em italiano. O pessoal de origem italiana, gostava muito de cantar cantigas italianas, e com essa proibição sofreram muito. Muitos foram presos”. (Entrevista nº 049 do Livro 001 á 030 Depoimento Sra. Maria Todeschini).⁴⁴

Encontramos na entrevista da Sra. Maria Todeschini mais que um depoimento do período autoritário. É possível perceber o desabafo pelo sofrimento que vivenciou os momentos difíceis para ela e para os imigrantes, com a restrição do uso da língua materna, da comunicação com os patrícios, da busca de suprimentos, pelo perigo de serem surpreendidos expressando-se na língua materna, única conhecida por muitos deles. Manifestar a saudade da pátria mãe, dos parentes e amigos que lá ficaram através, das cantigas também era proibido. Qualquer manifestação cultural era considerada ofensiva e perigosa ao Estado autoritário.

Em relação à política de nacionalização e a proibição de falar línguas que pertenciam ao Eixo, Cláudia Mara Sganzerla nos diz:

Como também já visto, a ação do Estado Novo viabilizou-se através de

⁴³ ROSSETTO, Ângelo. Depoimento [abr.1989]. Entrevistas do Livro 062 a 087. n. 076. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

⁴⁴ TODESCHINI, Maria. Depoimento [ago.1985]. Entrevistas do Livro 031 a 061. n. 039. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

decretos nacionalistas, cuja ação tronou-se mais incisiva com a participação brasileira na Segunda Guerra, ao lado dos Aliados. Entre as principais determinação da política de nacionalização encontrava-se a proibição de falar a línguas das potências do Eixo em público.⁴⁵

Novamente a Sra. Maria Todeschini, quem nos conta:

“Meu irmão ficou preso oito dias por cantar músicas sacras italianas numa festinha. Eu ia levar comida para ele na cadeia. Um dia pedi licença para o delegado deixar levar um guaraná, mas quando eu fui lá entregar eles quebraram o litro pensando se tratar de bebida alcoólica. Numa outra oportunidade eu fui falar novamente com o delegado de polícia para eu ter a licença de levar uma cama na cadeia porque meu irmão estava dormindo no chão. Quando cheguei o delegado da época me recebeu de força brusca e foi logo dizendo – Você é “Quinta Coluna” - o teu irmão deveria ser queimado com ferro em brasa. Expliquei ao delegado que eu nasci no Brasil, sou brasileira e só conhecia a Bandeira do Brasil. Com muito custo consegui a licença e então consegui levar a cama para meu irmão que estava na cadeia dormindo no chão só por ter cantado músicas sacras italianas numa festinha com amigos...”(Entrevista nº 049 do Livro 001 á 030 Depoimento Sra. Maria Todeschini).

Vale ressaltar que nesta parte da entrevista com a Sra. Maria Todeschini fica claro o combate e a perseguição do Estado Novo representado pela força policial, a “chamada quinta coluna”. As ações repressivo-totalitário no Estado Novo eram amparadas pela Lei de Segurança Nacional. A perseguição aos grupos estrangeiros e a sua cultura era apenas o merecimento aos traidores da pátria. Porém, e ao mesmo tempo, trabalhadores, desejados e necessários na construção econômica e social do Estado brasileiro, agora implementando um projeto de desenvolvimento estruturado na industrialização.

“Um dia um policial me flagrou me expressando em italiano quando eu vendia pimenta para uma senhora que também era de origem italiana. Ele estava sentado e escutou. Levantou e disse: Como se chama isso? Isso é PEVARO FALEI - como pevaro retrucou....isso aí é pimenta advertiu o policial irritado...A senhora está falando italiano....Eu falei! O Sr. Está enganado! Tem dois nomes ...Tem pevaro e pimenta....Aí ele ficou quieto e disse que não sabia. Me escapei por pouco. Foi um período muito triste. Houve aqui muitas barbaridades....Quanta gente presa, quanto desrespeito, quanto medo, quanto abuso de autoridade...” (Entrevista nº 049 do Livro 031 á 061 Depoimento Sra. Maria Todeschini).⁴⁶

Identificamos no depoimento da Sra. Todeschini que durante o período do

⁴⁵ SGANZERLA, Claudia Mara **A LEI DO SILÊNCIO**: Repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo. UPF. 2001. p. 120.

⁴⁶ TODESCHINI, Maria. Depoimento [ago.1985]. Entrevistas do Livro 031 a 061. n. 039. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

Estado Novo a Lei da Nacionalização foi expressa na cultura das etnias do Eixo (Alemãs e Italianas) e Maria Helena Capelato ressalta e evidencia que neste período o autoritarismo foi acentuado. A liberdade política, social e cultural foi restringida.

O golpe de 1937 colocou os nazistas na ilegalidade, mas eles continuaram a agir clandestinamente. A repressão intensificou-se a partir da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. Nesse contexto, não só os nazistas, mas todos os alemães, passaram a ser considerados inimigos da pátria.⁴⁷

A Sr. Maria Toeschini nesta parte de sua entrevista nos diz que:

“Num determinado dia chuvoso na década de 1940, veio para a cidade uma família que residia no Km 10, para comprar o enxoval para a filha que ia casar. Então entraram na casa comercial da família Donida (era uma linda casa de negócios que estava situada onde depois funcionavam as Lojas meneguzzo). Essa família se dirigiu a esta loja e perguntou se eles vendiam o enxoval se expressando em língua italiana. Os Donida ficaram tristes e disseram que era proibido falar a língua italiana e se fizesse isso certamente seriam presos. Então esse casal se dirigiu a nossa Casa Comercial e repetiram a mesma história. Vendo esse drama corremos o risco mas vendemos o enxoval. Era um dia chuvoso, com pouco movimento, tivemos sorte que a polícia não veio na nossa loja naquela hora...O meu marido falou depois “TE SI RESTÁ BRAVA”.” (Entrevista nº 049 do Livro 031 á 061 Depoimento Sra. Maria Todeschini).⁴⁸

Estamos apresentando vários depoimentos de imigrantes e descendentes e todos eles afirmam a ação violenta do Estado autoritário durante o período da nacionalização. Dizem-nos também que a Lei da Nacionalização foi empregada em todo o período, mas foi mais concomitante na Segunda Guerra Mundial, a repressão e a violência foram intensificadas.

“Na época da Segunda Guerra Mundial, quando começaram a perseguir os italianos e os alemães aqui em Erechim, eles iam onde sabiam que tinha um rádio, iam e retiravam o rádio, não queriam que tivesse comunicação com os estrangeiros...” (Entrevista nº 077 do Livro 001 á 030 Depoimento Sr. José Zanella).

As entrevistas citadas demonstram a repressão vivenciada neste período com prisões, torturas, exílios e censura. Segundo a prof. Maria Helena Capelato:

⁴⁷ CAPELATO, Maria Helena: **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? DELGADO, Lucilia Almeida de. (org).: **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p. 131.

⁴⁸ TODESCHINI, Maria. Depoimento [ago.1985]. Entrevistas do Livro 031 a 061. n. 039. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

Houve repressão forte – prisões, tortura, exílios, censura -, que atingiu tanto os considerados subversivos, (comunistas, socialistas, anarquistas) como os opositores liberais. [...] As vítimas da repressão não foram poucas.⁴⁹

Legitimando os depoimentos na Obra *Tempos de Capanema* organizado pelos autores Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa. Detectamos que resoluções de repressão da língua de estrangeiros como fechamento de escolas e proibição de circulação de jornais em língua destas etnias não só interromperam o ensinamento da língua mãe, mas um silenciar de suas culturas.

Na verdade, a maioria dos decretos que reprimiam drasticamente as atividades estrangeiras no Brasil foi promulgada entre 1938 e 1939. O fechamento de escolas, a proibição do ensino em língua estrangeira, os decretos relativos á importação do livro didático em língua estrangeira, a proibição de circulação de jornais em língua estrangeira, enfim, as medidas de nacionalização representavam para esses grupos a interrupção de um processo cultural que vinha sendo mantido há quase um século.⁵⁰

O Sr. Deolindo Fassina lembra inclusive das dificuldades para se obter os produtos de substância, como a querosene, indispensável para a iluminação das casas.

“Na época da guerra, o querosene que usávamos nos lampiões, foi racionado. Então na Sexta-Feira era dia de distribuição, um pouco para cada família. Também por causa da guerra, a lei proibiu a gente de falar alemão, e o pai tinha que uma vez por semana se apresentar na delegacia, porque ele era estrangeiro.[..]Quando comecei a ir na escola, levei um ano para aprender a pedir água em português, porque só se falava em alemão em casa. A gente ia de pé no chão na escola, e ali onde moram os Thomé, tinha um tanque que era para dar água aos cavalos, onde a gente lavava os pés...Não se sabia falar nada em português, e ainda proibiram de falar alemão...”; (Depoimento Sr. Deolindo Fassina, Museu Municipal Irmã Celina Schardong – Gaurama – RS – Artigo E do Barro se Molda a História Imagens, Vivências, Lembranças: Gaurama 1920-2012 p. 55 e 57).⁵¹

⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena: **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? DELGADO, Lucilia Almeida de. (org).: **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p. 131.

⁵⁰ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B; COSTA, Vanda M. R..(org) **Tempos de Capanema**. p. 167

⁵¹ FASSINA, Deolindo. Depoimento. [2014] Secretaria de Estado da Cultura – Prefeitura Municipal de Gaurama – Pro- Cultura RS – f. 54. Entrevista concedida ao Projeto inventário do Tempo

"[...]Lembra muito bem dos anos da Segunda Guerra Mundial, e como a política brasileira conduziu-se no período, influenciado a vida de inúmeras famílias de (i)migrantes, pois quando em 1942 o Brasil declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), os idiomas destas nações foram proscritos, bem como as Sociedades Étnicas (Barro tinha várias delas), e também as escolas bilíngues"; Depoimento Sr. Oscar Friedolin Burggraf (FITO), Museu Municipal Irmã Celina Schardong – Gaurama – RS – Artigo E do Barro se Molda a História Imagens, Vivências, Lembranças: Gaurama 1920-2012 p. 56)⁵²

"[...] Era o período da Segunda Guerra Mundial, e a Lei de Nacionalização atingiu os estrangeiros natos e descendentes, dos países que o Brasil declarou guerra: Alemanha, Itália e Japão"; Depoimento Sra. Gentila Tonello, Museu Municipal Irmã Celina Schardong – Gaurama – RS – Artigo E do Barro se Molda a História Imagens, Vivências, Lembranças: Gaurama 1920-2012.⁵³

Todos os depoimentos retratam violência, perseguição, excesso de força policial, causando insegurança e medo nos imigrantes integrantes da sociedade brasileira. As entrevistas e depoimentos disponíveis no Arquivo Histórico de Erechim – RS e aqui trabalhados, demonstram que a ação autoritária do Estado Novo atingiu todo o território gaúcho e nacional. O estudo da professora Cláudia Mara Sganzerla⁵⁴ sobre o Estado Novo a Lei da Nacionalização na região da serra gaúcha, comprova a fala dos imigrantes moradores da então colônia Erechim.

Com a política de nacionalização, os cidadãos das nações do Eixo, sobretudo imigrantes e descendentes de imigrantes provenientes dos países beligerantes, secundariamente, foram coibidos na sua vida cotidiana, política, profissional, comercial, cultural, etc. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, as atitudes repressivas tornaram-se mais incisivas. Nesse contexto, as contradições assinaladas entre o meio urbano e o rural municipais acentuaram-se, o mesmo ocorrendo entre capital e interior.⁵⁵

O Depoimento da Sra. Santian Graciosa Bortolini de Serafina Corrêa, também revela a repressão e o sofrimento deste período:

“Jogando bocha, meu marido fez oito pontos, e num momento de euforia gritou VIVA ITÁLIA! Na época era proibido. Por causa disso mantiveram ele

⁵² BURGGRAF, Oscar Fridolin (FITO). Depoimento. [2014] Secretaria de Estado da Cultura – Prefeitura Municipal de Gaurama – Pro- Cultura RS – f. 56. Entrevista concedida ao Projeto inventário do Tempo

⁵³ TONELLO, Gentila. Depoimento. [2014] Secretaria de Estado da Cultura – Prefeitura Municipal de Gaurama – Pro- Cultura RS – f. 74. Entrevista concedida ao Projeto inventário do Tempo

⁵⁴ SGANZERLA, Claudia Mara **A LEI DO SILÊNCIO**: Repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo. UPF. 2001. p. 74.

⁵⁵ Ibid. p. 131.

sete dias na prisão. Em Guaporé sete dias, ia e voltava todos os dias, estava grávida da Zenaíde e com três crianças pequenas, sem farinha em casa, nem de trigo e nem de milho.[...]Veio um policial e levou-o daqui. Primeiramente pediu se havia sido ele que tinha gritado VIVA ITÁLIA! Logo ele respondeu que sim, e se redimiou do erro imediatamente, dizendo que se tratava de um erro e era para desculpá-lo. Mas isto não adiantou, o policial não podia desculpá-lo, porque a denúncia havia sido feita em Guaporé.[...] A denúncia, com certeza teria partido dos Machado, que eram negros, eles haviam perdido nas bochas para o Albino, então eles foram para casa e de lá telefonaram a Guaporé dizendo que na festa haviam gritado VIVA ITÁLIA, sendo assim tiveram que vier para cumprir com o seu dever. Foram os negros [sua expressão facial, ao falar foi de uma rudez até então não vista]. Se não fosse a denúncia deles, não teria acontecido nada.[...] Entrevista realizada com a Sra. Santina Graciosa Bortolini em Serafina Corrêa.⁵⁶

A entrevista que foi realizada com a Sra. Santina Graciosa Bortolini é a confirmação dos estudos que estamos realizando. O depoimento que a autora SGANZERLA (2001) apresenta em sua obra está no mesmo contexto apresentado da repressão e nacionalização que ocorreu no período do Estado Novo em Guaporé e na Colônia Erechim.

Guaporé sentiu os efeitos da Lei do Silêncio através de ações amedrontadoras por parte das autoridades, impondo a proibição de falar em italiano, ou dialetos de origem itálica. Como veremos pelas ações estadonovistas, sobretudo no que se refere á sede municipal, aos distritos e ás linhas do interior.⁵⁷

Em busca de fontes para aperfeiçoar o trabalho, recebi uma cópia do filme *Proibido Falar Italiano*. É um documentário realizado com o Sr. *Agnolino Copobanda*, que em entrevista com um humor italiano próprio retrata o sofrimento e as angústias vividas pelos imigrantes italianos e seus descendentes com a proibição de falar outra língua que não fosse à portuguesa. Sr. *Agnolino Copobanda* foi preso, por falar a única língua que sabia: o italiano.⁵⁸

Getúlio Vargas é conhecido por muitos, ainda hoje, como o “Pai da Pátria Brasileira”. Isto se deve a política paternalista adota por ele, durante o período do Estado Novo. Porém a regulação entre o capital e o trabalho, feita pelo Estado,

⁵⁶ SGANZERLA, Claudia Mara **A LEI DO SILÊNCIO**: Repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo. UPF. 2001. p. 74

⁵⁷ Ibid.. p. 121.

⁵⁸ O Filme Proibido Falar Italiano do diretor Robinson Cabral e Varsóvia, com financiamento do Finaciarte e produção De Guerrilha Produções. Foi exibido na cidade de Caxias do Sul – RS, na Sala de Cinema Ulysses Geremia, no Centro de Cultura Ordovás na data 07 de novembro de 2013.

beneficiava e era necessária ao capital. E mais do que nunca neste contexto de industrialização, esta regulação era urgente e indispensável.

Assim também, durante este mesmo período, todos os cidadãos que falassem linguagem diferente do português seriam presos e condenados por crime contra a pátria, visto que a política vigente controlava os meios de comunicação a fim de realizar uma forte nacionalização.

Nesta mesma percepção o nacionalismo foi tomado por mais estímulo quando o Brasil participou efetivamente da 2ª Guerra Mundial. O Governo decidiu considerar alguns decretos para afastar a “chamada quinta coluna” no Brasil. No âmbito destes decretos consistia a proibição de falar o alemão e o italiano, do mesmo modo que reprimindo a divulgação e a comunicação de livros e jornais. O mesmo comportamento foi apresentado em relação aos cânticos, as rezas, e aos sermões. A língua materna também foi proibida de ser ensinada e usada nas escolas do território brasileiro.

Naturalmente, por serem medidas por demais drásticas, se impunha uma certa dose de bom senso por parte de seus executores. O que aconteceu, então, foi uma série de equívocos, para não dizer arbitrariedades. Dizem, por exemplo, que policiais eram mandados revistar as casas dos colonos à procura de livros em italiano e alemão. Chico Tasso nos informa que o colégio São José, de Erechim, foi alvo de uma dessas visitas e daí levaram uma Via Sacra com dizeres em alemão e livros de reza do mesmo idioma. Em São Valentim, os esbirros entraram numa igreja quando o povo cantava ladainhas em latim, prendendo todo mundo porque acharam que estavam cantando em italiano.[...]sem falar nos muitos casos de prisões de italiano e alemães, ou de descendentes destas duas nacionalidades, por motivos nem sempre justos⁵⁹

Podemos afirmar a partir das entrevistas trabalhadas, que o Estado Novo, autoritário e repressor se fez presente na região correspondente a antiga Colônia Erechim. A Lei de Nacionalização foi utilizada com rigor contra imigrantes e seus descendentes, particularmente os italianos e alemães. Falar a língua materna, ouvir rádio, passou a ser sinônimo de subversivo, de inimigo da pátria que o acolhera. A segurança nacional estava sendo colocada em risco pelos imigrantes. O fato de serem de origem italiana ou alemã automaticamente os classificava defensores do nazismo/fascismo. A cultura preservada por gerações estava ameaçada.

⁵⁹ DUCATTI NETO, Antônio: **O grande Erechim e sua história**. Porto Alegre, EST, 1981. p. 272.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado possibilitou que compreendêssemos um pouco mais da história de nossa região. Ainda que não tenhamos aprofundado o estudo, podemos afirmar que foi extremamente positivo a realização do mesmo. Além do conhecimento de nossa história entramos em contato com a pesquisa, com a busca de fontes e informações, o que por sí só é um aprendizado altamente significativo. Não encontramos os documentos que inicialmente tínhamos pensado para a elaboração deste trabalho, o que também se constituiu num aprendizado. Desta forma nos limitamos a trabalhar com as entrevistas existentes no Arquivo Histórico Municipal e que se revelaram uma preciosa fonte de estudo e de compreensão de um cotidiano repressor.

Ao trabalharmos com esta fonte documental percebemos o quanto foi importante o trabalho realizado pelo Arquivo Histórico Municipal na coleta dos depoimentos. Pois a quase totalidade dos entrevistados não se encontram mais entre nós. A não realização deste trabalho de “ouvir” as vítimas do Estado autoritário de Vargas teria impossibilitado a realização deste estudo, na colônia Erechim, uma vez que outras fontes não foram neste momento localizadas.

No capítulo referente à formação histórica da colônia Erechim podemos constatar/reafirmar o que autores estudiosos desta região têm apresentado: a característica multicultural, decorrente da pluralidade de grupos étnicos aqui presentes.

Nesta multiplicidade étnica e cultural, que se constituiu a então colônia Erechim, destacamos como objeto de nosso estudo, dois grupos: imigrantes italianos e alemães e seus descendentes. A razão é simples. Foram eles as vítimas mais diretamente atingidas pela Lei de Nacionalização do Estado Novo, na colônia Erechim. Foram forçados a abandonarem o uso da língua materna. A utilização da mesma era considerada crime.

A breve discussão sobre o período Vargas, mais particularmente o do Estado Novo 1937/1945, possibilitou a contextualização da violência e da repressão utilizadas pelo Estado Autoritário de Vargas em relação aos imigrantes e descendentes italianos e alemães aqui estabelecidos. Sabemos que outras etnias também foram atingidas pela proibição do uso da língua materna, como os

poloneses por exemplo. Contudo nos depoimentos existentes no Arquivo Histórico não encontramos falas destes em relação a tal proibição. Outro fato é a Itália e a Alemanha serem anunciadas como inimigas do Brasil, no período da Segunda Guerra Mundial. Aí, a repressão ter atingido mais violentamente estes dois grupos, uma vez que foram considerados inimigos da pátria.

Os resultados da pesquisa enfocando o autoritarismo e a repressão do sistema de nacionalização do Estado Novo na região da então Colônia Erechim, hoje grande Região do Alto Uruguai tem semelhança com o trabalho da Prof.^a. Claudia Mara Sganzerla “A Lei do Silencio” na região de Guaporé – RS que mostra a ação do Estado Novo sobre os imigrantes e descendentes daquela região.

A realização deste trabalho despertou interesse pela sua continuidade, estudando, por exemplo, a ação do Estado Novo, nas chamadas Escolas Comunitárias, ou seja, aquelas criadas pelos imigrantes e que ensinavam além do português a língua materna.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Robinson (Dir.). **Proibido Falar Italiano**. Caxias do Sul: De Guerrilha, 2012. 1 DVD video (25 min) : NTSC : son., color.

CAPELATO, Maria Helena: **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? DELGADO, Lucília Almeida de. (org): **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM - CESE. Coord. CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo, 1979.

DELAZERI, Potira Inês Costa. **O Integralismo em Erechim**. 1998. 31 f. Trabalho de (Graduação em História) - Universidade Regional Integrada. Curso de História, Erechim, 1998. f. 09.

DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). "Apresentação" in Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FONT, Juarez Miguel Illa. **Serra do Erechim**: Tempos Heróicos. Erechim: Carraro, 1983.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações Cidade Erechim**. Disponível em:<<http://cod.ibge.gov.br/232M9>> - Acesso em 30 out. 2014.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar: **Perigo Verde**: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF. 2001.

MANFROI, Olívio. **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**: Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre: IEL, 1975.

MARCON, Telmo. **História e Cultura Kanigáng no Sul do Brasil**. Projeto Cultura e Religiosidade Popular. Coord. UPF. Passo Fundo – RS: UPF, 1994.

PANDOLFI, Dulce Chaves: **Os anos 1930**: as incertezas do regime. DELGADO, Lucília Almeida de. (org): **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.

PERTILE, Marley Terezinha. **O Talian entre o Italiano-Padrão e o Português Brasileiro**: Manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai Gaúcho. 2009. 247 f. Dissertação de (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Letras, Porto Alegre, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**: 1939. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SGNZERLA, Claudia Mara. **A Lei do Silêncio**: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: UPF, 2001.

ENTREVISTAS

BURGGRAF, Oscar Fridolin (FITO). Depoimento. [2014] Secretaria de Estado da Cultura – Prefeitura Municipal de Gaurama – Pro- Cultura RS – f. 56. Entrevista concedida ao Projeto inventário do Tempo

CAMPANOLO, Hermes. Depoimento [maio.1985]. Entrevistas do Livro 031 a 061. n. 039. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

FASSINA, Deolindo. Depoimento. [2014] Secretaria de Estado da Cultura – Prefeitura Municipal de Gaurama – Pro- Cultura RS – f. 54. Entrevista concedida ao Projeto inventário do Tempo

PESSOT, Valdir. Depoimento [maio. 1985]. Entrevistas do Livro 062 a 087. n. 072. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

ROSSETTO, Ângelo. Depoimento [abr.1989]. Entrevistas do Livro 062 a 087. n. 076. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

SALOMONI, Belmiro. Depoimento [abr.1985]. Entrevistas do Livro 001 a 030. n. 023. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

TODESCHINI, Maria. Depoimento [ago.1985]. Entrevistas do Livro 031 a 061. n. 039. Entrevista concedida pelo Arquivo Histórico de Erechim.

TONELLO, Gentila. Depoimento. [2014] Secretaria de Estado da Cultura – Prefeitura Municipal de Gaurama – Pro- Cultura RS – f. 74. Entrevista concedida ao Projeto inventário do Tempo

ANEXO A – Bibliografia complementar

AZEVEDO, Tales. **Italianos e gaúchos:** Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves:** Vida, Obra e Significado. Erechim: São Cristóvão, 2003.

CONFORTIN, Helena. **A faina linguística:** estudo de comunidades bilíngues italiano-português do Alto Uruguai Gaúcho. Porto Alegre: URI, 1998.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul:** A emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

MANN, Michael. **Fascistas.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

OBERACKER JR, Carlos H. **Criador da Primeira Corrente Emigratória Alemã para o Brasil.** Porto Alegre: Metrópole, 1957.

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar:** Lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: EdiFAPES, 2001.

SCALABRINI, João Batista. **A Emigração Italiana na América.** Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

TAGLIARI, Pedro Antônio. **A Chegada.** Erechim: São Cristóvão, 2004.

VALENTINI NETO, Antônio. **Dados históricos:** Diocese de Erechim e Região. Passo Fundo: Berthier, 2007.